

OS MUSEUS, AS COISAS E AS COMUNIDADES: NOVAS PERCEPÇÕES A PARTIR DO BAIRRO DA TERRA FIRME EM BELÉM, PARÁ

Camila de Fátima Simão de Moura Alcântara*

Fabiano de Souza Gontijo**

Universidade Federal do Pará

RESUMO

Este artigo refere-se à materialidade salvaguardada e exibida nos museus chamados de comunitários com o propósito de realizar uma discussão teórica sobre os museus e as “coisas” que integram os acervos museológicos. Partindo do entendimento de que “coisas”, segundo Daniel Miller, pode ser tudo o que nos envolve e nos faz existir, discutiremos assim a materialidade no âmbito dos museus que constrói e reconstrói as realidades museológicas. Por fim, apresentaremos as “coisas” emaranhadas no bairro da Terra Firme, em Belém, capital paraense, reconhecidas e apreendidas como patrimônio pelos moradores, a fim de constituir o acervo museológico do Ponto de Memória da Terra Firme, haja vista que essa organização social é agente da museologia comunitária em Belém. As “coisas” presentes nos museus comunitários transitam e circulam no vai e vem da comunidade, sendo agentes de reforço na construção de sujeitos ativos.

Palavras-Chave: Museus Comunitários. Coisas. Pontos de Memória. Terra Firme.

MUSEUMS, THINGS AND COMMUNITIES: NEW INSIGHTS FROM TERRA FIRME IN BELÉM, PARÁ

Abstract

This article refers to the materiality safeguarded and displayed within what has been called community museums, in order to carry out a theoretical discussion of the museums and the things that integrate the museum collections. Based on the understanding that “things”, advocated by the anthropologist Daniel Miller, may be all that surrounds us and makes us exist, we will discuss the materiality within the museums that builds and reconstructs realities. Finally, we present the tangled things within the neighborhood of Terra Firme, in Belém, the capital city of Pará, recognized and learned as equity in order to constitute the museum collection of the Ponto de Memória (Memory Point) da Terra Firme, considering that this social organization is an agent of community museology in Belém. Things present in the community museums pass and circulate in the coming and going of the community and building agents of assets subject.

Keywords: Community Museums. Things. Memory Points. Neighborhood Terra Firme.

*Mestranda em Antropologia Social do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista da CAPES – à CAPES, agradecimentos pela bolsa. Contatos: 1) Endereço: Conjunto Médiçi I, Travessa Anajás n° 96 – Marambaia/Belém –PA – CEP: 66620-390; 2)Telefone: (91) 98892-3302; 3) E-mail: <camilafsmoura@gmail.com>

** Doutor em Antropologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, França. É coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde atua também como Professor de Antropologia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – ao CNPq, agradecimentos pela bolsa. Contatos: 1)Endereço: Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia - Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, Av. Augusto Corrêa, n° 01 – Campus Guamá – Belém – PA – Brasil – CEP: 66.075-110 – Caixa postal 479; 2) Telefone: (91) 3201 – 8327; 3) E-mail:<fgontijo2@hotmail.com>

OS MUSEUS, AS COISAS E AS COMUNIDADES: NOVAS PERCEPÇÕES A PARTIR DO BAIRRO DA TERRA FIRME EM BELÉM, PARÁ

1. Apresentação

A extensa bibliografia sobre museus aborda que o seu surgimento se deu a partir do ato de colecionar, dado pelo desejo do homem em fixar materialmente o passado para a melhor compreensão do tempo presente. Com o advento da Nova Museologia em meados do século XX, os museus passam a desenvolver ações de caráter político e social que implicam na forma de exprimir a realidade das comunidades representadas, atribuindo-lhes o poder de escolha e seleção sobre que *coisas* as representam.

Nessa perspectiva, surge no bairro da Terra Firme, em Belém, Pará, uma organização civil que visa por meio de ações museais a transformação do lugar. O bairro, por sua vez, é marcado por um processo de ocupação habitacional mais conhecido como “invasão”, o que tem resultado em vários agravantes sociais, principalmente o descaso do poder público com o bairro. Entretanto, é por meio desses agravantes que os moradores movidos por atos de vontade estiveram e estão na busca constante por transformações que implicam na melhoria da qualidade de vida da comunidade. Dessa maneira, o Ponto de Memória da Terra Firme, desde 2009, agrega valor à comunidade do bairro e a tudo o que é considerado como parte significativa da sua realidade.

Este artigo se propõe em iniciar uma discussão sobre os museus e a materialidade salvaguardada nessas instituições sociais, uma vez que mudanças significativas ocorreram dentro desses espaços e os museus tiveram que reconhecer e legitimar objetos materiais que antes não eram valorizados. Apresentaremos como os “novos museus” se relacionam com suas coisas, haja vista que os objetos dentro dos *museus comunitários* podem ser quaisquer *coisas* que nem sempre tomam posições de sacralidade.

Assim, foram realizadas leituras sobre museus a partir dos estudos de Regina Abreu (2012), Nélia Dias (2007), Luciana Sepúlveda (2005), José Reginaldo Gonçalves (2007), atrelados ao pensamento de Tereza Morales Lersch (2004), Alice Duarte (2013) e Hugues de Varine (2005), que discutem sobre a nova perspectiva museológica. Para as discussões sobre a cultura material dialogamos com as abordagens de Daniel Miller (2013) e Alfred Gell (1992). Como

estudo empírico, partimos da pesquisa de mestrado, em andamento, intitulada *Museu Comunitário no Bairro da Terra Firme: imagens, vozes e experiências etnográficas*, de autoria de Camila Moura Alcântara, sob orientação de Fabiano Gontijo.

Por fim, aponta-se o inventário participativo realizado no bairro da Terra Firme pelo Ponto de Memória a fim de exemplificar quais são as coisas que os museus comunitários reconhecem e legitimam como representativos e merecedores de compor parte de seus acervos, haja vista que essa iniciativa é uma experiência exitosa de museologia comunitária na capital paraense.

2. Interface Museu e Materialidade

Os museus surgiram devido ao incremento da necessidade do homem de colecionar objetos que materializassem e fixassem as identidades de seu passado, a partir da construção da memória coletiva e da identidade cultural dos sujeitos detentores de tais objetos (SEPÚLVEDA, 2005). O ato de colecionar é uma prática humana universal, podendo ser considerada equivalente ao ato de classificar, em que se guardaram significados diversos dependendo do contexto em que se inseria (SUANO, 1986; ABREU e FILHO, 2012). O homem acredita que recolhendo objetos pode, por meio desses, compreender a sociedade que o coletou e o transformou em coleção.

Na Europa, inicialmente tidas como coleções “principescas” – eram objetos e obras de artes da antiguidade, considerados tesouros ou até mesmo curiosidade –, as coleções continham desde objetos das civilizações gregas e romanas até livros, instrumentos óticos, moedas e especiarias. Financiadas pelas famílias nobres, as coleções eram consideradas como símbolos de poder econômico e político da sociedade, contidas mais tarde nos chamados “gabinetes de curiosidades”. São essas coleções, juntamente às formadas pelas monarquias reais que vão dar origem ao museu, instituição tal qual hoje conhecemos (JULIÃO, 2006).

No período que se estende do fim do século XIX ao início do século XX, “objetos etnográficos” eram alvos de colecionamento, classificação, reflexão e exibição. Esses objetos eram recolhidos por antropólogos, arqueólogos e até mesmo missionários ou agentes da administração colonial que exibiam suas coleções exóticas nos museus ocidentais (GONÇALVES, 2007). Esse período ficou conhecido como a “era dos museus”, devido ao surgimento dos

museus etnográficos, oriundos de coleções científicas formadas a partir de expedições específicas para observar o homem e a multiplicidade, a diversidade e a variabilidade de seus comportamento e dos objetos a eles atrelados. Em destaque para o Brasil, foi nesse período que surgiram o Museu Nacional, no Rio de Janeiro (1818), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), em Belém, e o Museu Paulista, em São Paulo (1894).

Os objetos nos museus e suas coleções podem evocar lembranças subjetivas, por nos serem familiares ou por simplesmente nos remeterem a experiências prévias. Para Gomes e Oliveira “os objetos dentro dos museus são como vetores de significação em que revelam e ocultam determinados sentidos sobre o passado” (2010, p. 44). Uma vez que salvaguardam e exibem coleções, os museus fazem recortes da realidade a ser representada, uma escolha dentro de um universo de significados e significações (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) de uma determinada cultura. Dessa maneira, segundo Gonçalves, os museus são considerados, em meados do século XX, instituições que atuam como “mediadores sociais, simbólicos e políticos no processo de construção de representações ideológicas sobre os diversos grupos e categorias sociais” (2007, p. 22). Assim os museus passaram a salvaguardar diversas coleções que, com o passar o tempo, agregaram valores e criaram novas práticas de comunicação e exibição.

O ato de colecionar e/ou classificar resultou na constituição do que hoje denominamos de patrimônio. Gonçalves (2007, p. 22) afirma que o patrimônio perpassa o exercício de acumular e reter bens, sejam eles culturais, naturais, econômicos ou simbólicos; o patrimônio é tido pelo autor como uma categoria de pensamento, devido à maneira como nos influencia sobre o entendimento da vida social e cultural. Segundo Choay, “a mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais” (2006, p. 207). Desse modo, o patrimônio não se faz presente apenas para simbolizar ou retratar algo, ele traz consigo uma ponte com e para o passado, trazendo ensinamentos, juízos de valores de nossos ancestrais e lembranças de histórias que se ouvem contar pelo grupo social. O patrimônio é testemunho de experiências vivas e vividas, por meio dele ocorre uma identificação dos indivíduos com seu grupo social ao considerar valores que se perpetuam por décadas.

De acordo com Gonçalves, dentro dos museus, os objetos materiais como patrimônios:

(...) não apenas desempenham funções identitárias, expressando simbolicamente nossas identidades individuais e sociais, mas na verdade organizam (na medida em que

os objetos são categoriais materialidades) a percepção que temos de nós mesmos individual e coletivamente (2007, p. 27).

Compreende-se então que, antes dos objetos fazerem parte das coleções dos museus, estiveram presentes na vida cotidiana de determinada sociedade, portanto foram reorganizados e reclassificados, atribuindo sentidos, lógicas e valores, assim afirma Sepúlveda (2005).

Segundo Duarte (2013), uma “Nova Museologia”¹ foi instaurada no final do século XX possibilitando a renovação dos museus a partir de uma larga revisão teórica e metodológica. O museu, que por muito tempo foram instituições que guardavam “tesouros” da classe dominante, principalmente obras de arte e objetos exóticos obtidos no saque de guerra ou em viagens, segundo Feijó, “relegou ao esquecimento as favelas, os bairros históricos, os saberes e fazeres, assim como os demais bens” (2012, p. 1). A Nova Museologia provocou o surgimento de “museus heréticos” (VARINE, 2005), de iniciativas comunitárias que partem da salvação do patrimônio reconhecido e legitimado pelas comunidades “esquecidas”, tornando-se caminhos e estratégias de conquistas desses grupos.

A partir de então os museus foram entendidos como instrumentos de mudança social e agentes de desenvolvimento comunitário, instituições que vão além das coleções e objetos, apresentando uma função social e política. Fala-se de “museu integral” (SCHEINER, 1998), aquele destinado a atender às necessidades da comunidade representada nessas instituições. De acordo com Nélia Dias (2007), nos anos de 1980, como resultado dessas mudanças de pensamento e comportamento museológico, surgiram novas designações, baseadas em conceitos que implicaram no surgimento de “museus de sociedade”, “museus de civilização”, “museus de culturas”, “ecomuseus” e “museus comunitários”, dentre outros. Esses museus “abarcaram o território, as práticas, os saberes, as crenças, em suma, o patrimônio natural como cultural” (DIAS, 2007, p. 129).

Os museus passaram a ser reconhecidos como agentes de mudança social, regeneração e empoderamento das populações. Em torno da materialidade presente nessa nova

¹ A Nova Museologia é um movimento dentro do campo dos museus a partir de encontros entre profissionais da área e demais interessados a fim de discutir sobre a atuação da instituição na sociedade, uma vez que reconheciam os museus como instituições colonizadoras de domínio de uma certa elite cultural e econômica. Destaque para três eventos internacionais que referendaram a Nova Museologia: Mesa Redonda de Santiago no Chile, em 1972, Declaração de Quebec, no Canadá, em 1984, e Declaração de Oaxtepec no México, em 1984.

perspectiva, as narrativas expositivas se tornaram cada vez mais materializadas em objetos e em outros tipos de suportes expositivos por parte da ativação de metodologias participativas a partir de materiais cedidos pela comunidade do entorno e/ou a integração dos mesmos com a equipe de curadores do museu, conforme discute Varine (2005). Usaremos a categoria “*museus comunitários*” ao nos referirmos aos museus proponentes de comunidades locais que vivem e trabalham em simbiose com a população de seu território de pertencimento, emergidos a partir de pessoas que militam por seus patrimônios reconhecidos e legitimados.

Os *museus comunitários* desenvolvem ações e atividades que constroem trabalhos coletivos que envolvem a comunidade que o museu objetiva representar, reconhecendo-a como sujeito do processo e proporcionando a todos expressar a sua história da maneira desejada. É uma iniciativa coletiva em defesa da própria realidade que se propõe em constituir juntos as coleções, doando livremente objetos que considerem patrimoniais e criando espaços de memória – “suas coleções não provêm de despojos, mas de um ato de vontade”, afirma Lersch e Ocampo (2004, p. 3).

3. Os Novos Museus e suas Coisas

Os museus comunitários são ferramentas para a construção de sujeitos coletivos. A comunidade se apropria dele para propiciar a reflexão e a crítica em torno da sua própria história (LERSCH; OCAMPO, 2004). Nessa perspectiva, os museus assumem outra responsabilidade, atuando como gestores sociais por meio de propostas museológicas que reflitam os interesses da comunidade. O museu deixou de ser somente um lugar de realidade do outro para ser um lugar de realidade de si, a partir de uma relação de negociação entre os diferentes atores. Portanto, alguns grupos que antes eram mais conhecidos como objetos de estudo, exibidos nos grandes museus, passaram a se impor como sujeitos ativos em relações interculturais que se afirmam dentro de instituições sociais, como os *museus comunitários* (ABREU e FILHO, 2007).

Varine afirma que “o museu normal, qualquer que seja sua definição, é feito com as coisas, o museu comunitário é feito com as pessoas” (2005, p. 4). A afirmação do autor não necessariamente exclui as coisas de dentro dos museus. O que ocorre, segundo Lersch e Ocampo (2004, p. 3), é que o “objeto não é o valor predominante, mas sim a memória que se

fortalece ao recriar e reinterpretar as histórias significantes”. Nesse sentido, passamos a entender que nos museus comunitários os objetos se fazem presente no processo de construção de uma auto-representação e de variações significantes, uma vez que estão relacionados com a afirmação de uma identidade distinta que faz referência a um passado e a uma luta constante no presente (GOMES; OLIVEIRA, 2010).

A partir dessa discussão, optaremos por usar o termo “*coisas*” ao nos referirmos à materialidade atribuída aos *museus comunitários*, podendo ser artefatos, mercadorias ou objetos. No entanto, vale ressaltar que a importância dada às *coisas* não é justificada pelo seu estado físico – forma e função, mas sim pelo que elas representam. Segundo Daniel Miller, as *coisas* são como um sistema de trechos e/ou troços – usadas como sinônimo – que, “na sua ordem interna, fazem de nós as pessoas que somos” (2013, p. 83). O intuito da discussão é reconhecer como as *coisas* nos constroem enquanto sujeitos e atribuem significações da vida cotidiana enquanto seres humanos.

Ocorre a preocupação em abordar a atual perspectiva antropológica de cultura material para compreender o que é presente também na discussão dos *museus comunitários*. Embora o discurso da imaterialidade permeie as ações e atividades dos sujeitos, observa-se que a materialidade é o meio privilegiado de afirmação desses grupos enquanto museus. Segundo Miller, “quanto mais a humanidade busca alcançar a conceitualização do imaterial, mais importante é a forma específica de sua materialização” (2013, p. 114), logo, entende-se que não existe imaterialidade sem materialidade e vice-versa. No entanto, consideramos que esses museus procuram não enfatizar unicamente a materialidade, destinando a sua atenção para o meio social e para como se relacionam com as coisas que os constroem e os fazem existir enquanto sujeitos importantes no processo de planejamento e execução dos museus. Dessa maneira, parece ocorrer dentro dos museus comunitários uma relação entre o social e o material a partir de uma perspectiva simétrica.

Na perspectiva simétrica, que envolve os campos da arqueologia e da antropologia, os objetos, além de possuírem valores sociais e simbólicos, são considerados como parte de todas as sociedades humanas e desempenham um papel vital no funcionamento delas, por exemplo, o de ajudar a manter a estabilidade e fortalecer seus vínculos. Sob sua ótica não só existem relações objetos-pessoas, mas as pessoas e objetos são inseparáveis. Portanto, a relação pessoas-coisas/coisas-pessoas também se faz presente no campo do museu, bem como afirma

Ferreira, “tanto no passado quanto no presente os museus estão imersos nos mundos dos objetos e a partir deles e com eles é que criamos as narrativas museológica” (2012, p. 114).

Segundo Miller “uma sociedade particular elabora suas práticas culturais mediante um padrão subjacente que é manifestado numa multiplicidade de formas diferentes” (2013, p. 82). Compreendemos assim que as formas materiais são meios efetivos onde os valores, idéias e distinções sociais são reproduzidos e legitimados ou transformados, a partir de relações sociais que se instalam na cultura material. Essa, por sua vez, é produzida por indivíduos “com escolhas ideologicamente determinadas” (LIMA, 2011, p. 19). Logo, qualquer coisa que faça parte de uma coleção de um museu por si só já é uma escolha, uma vez que ao produzirmos tal coisa já fizemos nossa escolha; e ao direcionarmos para os museus, são reorganizadas, reclassificadas, atribuindo sentidos e valores distintos na sua produção.

Dentro dos *museus comunitários*, inclui-se a cultura material do cotidiano de um passado mais recente de classes e grupos étnicos antes tendencialmente não contemplados e são assim elucidadas *coisas* de contextos socioculturais nos quais os significados dos objetos são gerados. Nesses museus, as coleções são expostas na intenção de que as *coisas* falem, questionem ou até mesmo intriguem, tornando-se portadoras de informações que cada um descreverá a sua maneira, com ou sem ajuda de um mediador. Qualquer coisa pode ser considerada patrimônio dentro do museu, uma vez legitimado e reconhecido como tal pela comunidade atuante no processo; é comunitário porque é distribuído por todo o território, incluindo as casas dos habitantes e os seus lugares de produção; porém, vale ressaltar que não é do interesse de todos direcionarem suas coisas para recolocá-las em um ambiente que poderíamos chamar de sala de exposição (VARINE, 2005; DUARTE, 2013).

As *coisas* dos *museus comunitários* podem ser qualquer coisa que está em volta da comunidade, emaranhadas no dia-a-dia, mas não necessariamente isoladas e sacralizadas. As coisas criam e recriam os *museus comunitários*, à maneira que constrói os sujeitos detentores de tais *coisas*. Elas circulam e transitam no território, podendo até não ser notadas pelos visitantes dos museus, mas isso não seria relevante. O importante é que são patrimônios selecionados, reconhecidos e legitimados pela comunidade que gera e mantém o museu.

4. Coisas em trânsito

Os museus de perspectiva comunitária fazem parte de um processo em construção de mobilização, identificação, ação e cidadania, no qual a comunidade torna-se agente no ato de formular, executar e manter o museu. Defensor da realidade da própria comunidade, a partir da reinterpretação da história e reconstrução da memória de seus detentores, é um lugar de representação, definição e reinvenção de identidades. Esse museu não defende um espaço físico, mas sim um lugar de representação amplo em que o sujeito obtém uma relação direta com o meio em que vive. Os *museus comunitários* são territórios da própria construção social.

Tudo pode ser considerado *coisas* de representatividade dentro dos novos museus que só dependem da seleção feita pela comunidade. Lissant Bolton (2003) afirma que os objetos abrem horizontes e imaginações e que são reconhecidos e aprendidos de diferentes maneiras dentro dos museus, devido à importância dada pelos seus detentores, como também pelo interesse político que o envolvem. Mesmo não sendo as *coisas* o foco principal dentro desses museus, elas possuem uma ligação direta com o que vem sendo exposto, uma vez que envolve, constrói e reconstrói os sujeitos e suas representações. As iniciativas comunitárias dentro dos museus desejam ir além dos objetos, mas não sem eles. Uma vez que “o objeto documenta, imprime certas marcas nos sujeitos, dinamizando interna e externamente um processo comunicativo intercultural”, de acordo com Silveira e Lima Filho (2005, p. 43).

Segundo o Conselho Internacional de Museus (ICOM) as funções atribuídas às instituições museais a partir da Declaração de Santiago de 1972 são as de “coleccionar, conservar, pesquisar, comunicar e exibir [...] evidência do material do homem e de seu meio ambiente” (2013). As mudanças teóricas nas disciplinas que envolvem os museus têm influenciado na transformação do entendimento que se tem do acervo museológico e suas exposições. Os museus que antes consistiam em um cenário silencioso, superado e desajustado se afirmou como um lugar de prazer, aprendizado e troca, de inclusão de novos temas, objetos e recortes diferentes.

Alfred Gell (1992) diz que os artefatos formam um mundo com suas próprias lógicas, um pouco independente das intenções atribuídas pelos sujeitos no ato de produzi-lo, e a partir daí afeta diretamente as relações humanas. O entendimento de Gell é que as *coisas* possuem também um poder de agenciamento sobre nós. O visitante do museu é tocado, sensibilizado,

afetado pelas coisas que o compõem, denominado pelo autor como *tecnologia do encantamento* – poder de certas matrizes de estímulo que perturbam funções cognitivas normais. Portanto, somos encantados pelo artefato do museu (FERREIRA, 2012).

As atividades do museu, em especial aquelas relacionadas com o ordenamento dos objetos em exposição, tornaram-se merecedoras de atenção (DUARTE, 2013). Nessas coleções existe uma relação de apropriação do invisível (SEPÚLVEDA, 2005), como *coisas* que determinam um cenário que obscurecem seu papel e parecem irrelevantes (MILLER, 2013). Os *museus comunitários* se formam na pretensão de reunir, preservar, pesquisar, comunicar e exibir o patrimônio. Segundo Varine, esse patrimônio “é o capital cultural coletivo da comunidade, ele é vivo, evolutivo, em permanente criação” (2005, p. 2-3), cabendo aos responsáveis pelo museu a tarefa de conversar e preservar como foi sugerido pelos seus detentores. São *coisas* patrimoniais do pai, da mãe, dos avôs, da irmã e até mesmo do vizinho, livremente doadas e/ou emprestadas para serem representativas das realidades existentes na comunidade. Desse modo, Lersch e Ocampo afirmam que “assim, os membros da comunidade utilizam o museu comunitário para recriar como eram as coisas antes, para reviver eventos e práticas que os marcaram” (2004, p. 2).

As *coisas* são percebidas e apreendidas no trânsito dos sujeitos envolvidos na comunidade. Estão presentes dentro de casa, no trabalho, nas escolas – em todas as estruturas presentes em que os comunitários se constroem. São objetos materiais que se associam à imaterialidade diária, podendo ser identificados dentro das narrativas orais e rituais, das relações afetivas e religiosas. As *coisas* que compõem os museus comunitários circulam no ir e vir do sujeito agente, podendo ser tocadas, sentidas e modificadas; é o invisível sendo percebido e ressignificado por meio da criação coletiva que inventa novas formas de expressar suas histórias a sua maneira, afirmando esses museus como “espaço de organização para impulsionar novas propostas e projetos comunitários” (LERSCH; OCAMPO, 2004, p. 3). Dessa maneira, atribuem-se novos significados para os objetos em coleções de museus (BOLTON, 2003).

5. As coisas emaranhadas no Bairro da Terra Firme

A Terra Firme é um bairro periférico de Belém, constituído em 1960 a partir de um processo acentuado de ocupação em terras pertencentes à Universidade Federal do Pará (UFPA), por uma população de baixa renda vinda do centro urbano de Belém, do interior do estado e de regiões vizinhas, como Maranhão, Piauí e Ceará. O nome dado ao lugar é em ironia ao fato de que no período de ocupação eram pouco presentes as áreas realmente de terras firmes em que os ocupantes pudessem assentar suas casas. O bairro foi sendo formado sem planejamento urbano e se manteve por um longo período à margem da cidade, reconhecidamente abandonado pelas políticas públicas governamentais (QUADROS, 1993; ALVES, 2010; QUADROS, 2013).

Contudo, uma parte significativa da população é acostumada a lutar pela garantia de direitos civis, em diversas situações de descaso e imposição do poder público (QUADROS et. al., 2013). Uma das maneiras encontradas foi a formação de inúmeros centros comunitários, associações e projetos socioeducativos que se tornaram meios para alcançar direitos, como a garantia de escolas e postos de saúde. A organização social por meio do associativismo e do cooperativismo propiciou na formação de locais que desenvolvem diversas ações comunitárias, envolvendo aspectos culturais, capacitação profissional e inserção produtiva, atendimento integral à família, esporte, lazer e saúde. O Ponto de Memória da Terra Firme é resultado desse processo.

Em meados da década de 1980, o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) exaltava o sucesso da criação do Campus de Pesquisa localizado na Avenida Perimetral da Ciência, uma das principais vias de acesso ao bairro da Terra Firme. Segundo Quadros (2013), desde a sua “inauguração”, houve certa curiosidade por parte dos moradores em saber em que realmente consistia essa unidade científica do MPEG ali, tão próximo de suas casas. A partir disso, o então diretor da instituição, Hélio De La Penna, propôs que o museu se aproximasse dos moradores da área a fim de proporcionar atividades que pudessem envolver crianças, jovens e adultos para conhecer as atividades científicas da instituição, permitindo assim acesso dos mesmos à instituição. Desta maneira, foi implementado o projeto *Museu Goeldi leva Educação em Ciência à Comunidade*, sob a coordenação de Helena Quadros. O projeto desenvolve diversas atividades, como por exemplo a horta e a biblioteca comunitária no bairro da Terra Firme,

oficina e festival da gastronomia inteligente, metodologias aplicadas para o acesso à memória e à história do bairro a partir de narrativas de moradores, dentre outros. São exatamente trinta anos de ação comunitária que envolve o Museu Goeldi e o bairro da Terra Firme.

O interesse e desempenho dos moradores em contar suas histórias a partir de suas experiências, com a forte ajuda do Museu Goeldi a partir do projeto descrito acima, propiciaram a integração do bairro ao Programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). O programa tem como objetivo narrar a história, a memória e o patrimônio de “comunidades populares” que não tiveram a oportunidade de expor os seus valores sociais e culturais por meio de iniciativas de museologia comunitária, uma vez que entendem os museus como espaços que interferem nas transformações e desenvolvimento das comunidades onde atuam. Esse fato levou à criação, em 2009, do Ponto de Memória da Terra Firme.

A organização busca ser reconhecida como um museu comunitário que tem como intuito o de narrar a história, a memória e o patrimônio do bairro da Terra Firme a partir da realidade de seus moradores (QUADROS et al., 2013). É museu, um lugar de memória, de representação histórica, de todos e para todos; de educação, de encontros, debates, construção e afirmação da identidade do bairro da Terra Firme. Desse modo, o Ponto de Memória desenvolve diversas ações museais para e com a comunidade, procurando legitimar-se como meio de transformação sociocultural-educacional, uma vez que o museu é entendido como um instrumento valioso e imprescindível de valorização e preservação da memória e da história de um lugar.

Desse modo, o Ponto de Memória da Terra Firme desempenha ações que proporcionam o fortalecimento e o desenvolvimento da cultura presente no bairro, impulsiona a valorização da história e da memória narradas pelos moradores, desenvolve oficina de capacitação para atender às necessidades de diferentes setores da população e ainda desenvolve intercâmbios com outras iniciativas dentro e fora do bairro que permitem realizar projetos em conjunto – atribuições essas de um museu comunitário, conforme defendem Lersch e Ocampo (2004).

A partir do andamento da pesquisa de mestrado intitulada *Museu Comunitário no bairro da Terra Firme: imagens, vozes e experiências etnográficas*, aliada à experiência da mestranda como conselheira e consultora do Ponto de Memória da Terra Firme no período de 2009 a 2013, exemplificaremos que *coisas os museus comunitários* têm salvaguardado em seus acervos a partir das escolhas feitas pela comunidade da Terra Firme.

No ano de 2012, o Ponto de Memória da Terra Firme realizou um inventário participativo² no bairro com o intuito de inventariar as manifestações socioculturais por meio de entrevistas de história de vida e rodas de memória³ com os moradores, a fim de constituir o acervo do Ponto de Memória. Jovens⁴ moradores do bairro entrevistaram 59 pessoas que discorreram sobre quatro macrotemas, quais sejam: cultura, cotidiano do bairro, história do bairro e processo de luta e conquistas pela moradia.

A partir da análise dessa ação e da pesquisa de campo no bairro, foi possível perceber que, por muito tempo, a Terra Firme foi vista como ameaça ao patrimônio público, considerado pela sociedade como um lugar perigoso, controlado pelo tráfico de drogas, dominado pela violência e, logo, marginal. Em contra partida, o bairro destaca-se pela sua organização civil consolidada e informada de seus direitos civis, sendo protagonista de diversas lutas sociais em busca de melhorias da qualidade de vida de sua gente.

No decorrer das entrevistas os moradores doaram fotos e documentos que retratam suas relações com o bairro e ainda solicitaram que suas *coisas* pudessem fazer parte da exposição que estava sendo planejada. Doaram roupas, adereços e letras de músicas que representam a cultura popular do bairro. Falaram repetidamente da feira da Rua Celso Malcher, das escolas, dos comércios, das ruas, das casas, farmácias, posto de saúde, ônibus, bicicletas e tantas outras coisas como importantes patrimônios da Terra Firme. A história do bairro e o processo de luta e conquistas pela moradia – geralmente relatado pelos moradores mais antigos –, foram demonstrados com orgulho por meio de documentos e fotos que comprovam que o bairro passou por grandes transformações.

As *coisas* emaranhadas no bairro da Terra Firme estão presentes nos postes, placas e fios elétricos, estrutura presente em muitas periferias de centros urbanos no Brasil. É interessante notar que nem sempre é o belo ou o diferente, são *coisas* que passam despercebidas por permanecerem entrelaçadas no ir e vir do morador. Às *coisas* são atribuídos valores e significados que envolvem conquista, poder e transformação para o morador, elementos que contribuem para o ser/estar do indivíduo, fazendo com que seja o que e quem é

² Realizado por meio do Microprojeto Território de Paz As diversas linguagens da Cultura no Bairro da Terra Firme, de iniciativa do Ministério da Cultura.

³ Metodologia em que os participantes sentam-se em rodas e falam sobre determinado assunto que envolva as suas experiências, criando espaços de conversas e depoimentos.

⁴ Os jovens, na faixa de 18 a 29 anos, foram capacitados a inventariar as diversas manifestações socioculturais da Terra Firme.

e compreendidos como patrimônios porque se atribui a essas *coisas* sentidos e significados novos, agenciando o morador em novas formas de agir.

Como o intuito de reunir artistas do bairro da Terra Firme, o Ponto de Memória realizou no fim do inventário participativo, uma atividade intitulada *Cortejo Cultural: as diversas linguagens da Terra Firme*. Ao som de toadas de boi, adereços, tambores, porta-estandarte, carro-som – alegorias diversas –, os participantes saíram pelas principais ruas demonstrando o que consideravam como patrimônio cultural da Terra Firme; a atividade finalizou com um show dos artistas na praça Olavo Bilac.

Com o acervo coletado no inventário participativo, o Ponto de Memória da Terra Firme passou a desenvolver ações que pudessem registrar, preservar e divulgar esse patrimônio reconhecido e legitimado pelos moradores do bairro. Um bom exemplo é o planejamento da sua primeira exposição denominada *Terra Firme: de tudo um pouco*, em 2013, uma exposição itinerante que continua a percorrer diferentes lugares dentro e fora do bairro da Terra Firme, distribuída em nove painéis expositivos, um totem quadricular de sinalização e dois painéis em cavaletes para interação com o público visitante.

O inventário participativo culminado na exposição *Terra Firme: de tudo um pouco* é tido como exemplo significativo para entender o Ponto de Memória da Terra Firme como um lugar de representação da realidade do bairro, uma vez que possibilitou o reconhecimento do grupo por parte dos moradores. O intuito dessa breve discussão é exemplificar quais são as *coisas* que os *museus comunitários* salvagam. No caso, a justificativa para a escolha do Ponto de Memória da Terra Firme é devido ao fato de ser uma realidade próxima e por compreender como um ato de vontade de um bairro vem impulsionando uma experiência exitosa de museologia comunitária.

Desse modo, verifica-se que as *coisas* salvaguardadas e exibidas nos museus comunitários nos envolvem e passam despercebidas àqueles que não fazem parte do processo. Essas coisas atravessam os sujeitos participantes de tal forma que reconhecemos como sendo um só, podendo ser qualquer coisa, até nós mesmos (MILLER, 2013). São reconhecidas como “tesouros” presentes com os quais lidamos o todo momento no tempo e no espaço.

Considerações

Embora os museus tenham surgido como instrumentos a serviço dos “homens de ciência”, principalmente até final do século XIX e início do XX, e como dispositivo de poder para disciplinar e inculcar o que se pode saber e o que se pode lembrar e esquecer, distante dos interesses e olhares das camadas populares, isso não impediu que os “excluídos” e marginalizados encontrassem nas suas lembranças, práticas cotidianas, expressões artísticas e religiosas, fazeres e saberes, e tantos outros suportes de memória e outros valores patrimoniais dignos de musealização (CHAGAS; GOUVEIA, 2014). O museu comunitário é um processo que é possível a partir de um ato de vontade – o de participar. O museu deve ser parte integrante da comunidade onde existe e essa por sua vez se sentir parte decisória dentro do processo de musealização.

Dentro dos *museus comunitários*, o sujeito conhece mais a si mesmo e a comunidade à qual pertence por meio da sua participação no ato de selecionar os temas a serem estudados, capacitando-se, realizando uma entrevista ou sendo entrevistado, reunindo objetos, tomando fotografias, fazendo desenhos. Um museu comunitário se institui a partir de ações participativas que interferem diretamente no território onde ele atua. Ele não deve ser um lugar em silêncio em que as pessoas param, observam e o deixa sem trocar interesses e valores. Ele deve ser presente, atuante e instigador, no qual se procuram soluções para problemas debatidos com todos os que são ali representados.

O bairro da Terra Firme, marcado por agravantes sociais e antagonismos de classe que implicaram na organização social por parte de seus moradores, vive um processo constante de transformação em prol da qualidade de vida de sua gente. Entre diversos atos de vontade, os moradores encontram no processo de musealização caminhos e estratégias de transformação. O Ponto de Memória da Terra Firme atua como Museu Comunitário da Terra Firme na maneira que procura salvaguardar histórias, memórias e patrimônios narrados e reconhecidos pelos moradores. Pode-se concluir, a partir da abordagem tratada aqui, que o museu comunitário é constituído pelas pessoas e suas coisas, uma vez que essas a constituem enquanto pessoas, sujeitos agentes em sua comunidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. FILHO, Manuel Ferreira Lima. A trajetória do GT de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia. In: TAMASO, Izabela Maria; FILHO, Manuel Ferreira Lima (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.
- ALVES, Edivania Santos. **Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia)– Universidade Federal do Pará. Belém, PA, 2010.
- BOLTON, L. The object in view: Aborigines, Melanesians, and Museums. In: PEERS, L; BROWN, A. K. **Museums and source communities**. New York: Routledge, 2003.
- BRASIL. **Legislação sobre museus: Declaração de Santiago, 1972**. Brasília: CÂMARA DOS DEPUTADOS, Edições Câmara, 2. ed., 2013.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CHOAY, Françoise. Introdução e A consagração do monumento histórico. In: _____. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 4. ed. 2006.
- CHAGAS, Mário. GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In: **Cadernos do CEOM**, Ano 27, n. 41, 2014. Museologia social, p. 9–22.
- DIAS, Nélia. Antropologia e museus: que tipo de diálogo?. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario de Souza; Santos, Myrian Sepúlveda dos (Orgs.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: GARAMOND, MIC/IPHAN/DEMU, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).
- DUARTE, Alice. Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Gadruação em Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro, Unirio/MAST, v. 6, n 1, 2013.
- FEIJÓ, Cláudia da Silva. Museus Comunitários: protagonismo e práticas cidadãs. In: **IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários – EIEMC, 2012**, Belém. Mesa Redonda 5 – Cidadania e Protagonismo Comunitário. Belém: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ECOMUSEUS E MUSEUS COMUNITÁRIOS, 2012.
- FERREIRA, Luzia Gomes. 2012. **O lugar de ver relíquias e contar história: o meu presente/ausente na Vila de Joanes, Ilha do Marajó – Pa**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)– Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2002.
- GELL, Alfred. The Technology of Enchantment and the Enchantment of Technology. In: Coote, J.; Shelton, A. (eds.). **Anthropology, Art and Aesthetics**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Museu, memória e cidadania, 2007.

GOMES, Alexandre Oliveira; OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Gadruação em Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro, Unirio/MAST, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2010.

JULIÃO, Letícia. A pesquisa histórica no museu. In: **CADERNO de Diretrizes Museológicas I**. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de estado da Cultura; Superintendência de Museus, 2006, p. 93-105.

LERSCH, Teresa Morales; OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. **O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história?** Kansas City: Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, 2004. Tradução: Odalice Priosti – Maio de 2008. Disponível em: <<http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=5>>. Acesso em: 6 jun. 2014.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.** Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.- abr. 2011.

MILLER, Daniel. **Trecos, Troços e Coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

QUADROS, Camila Alves. **A Educação como Direito Humano Fundamental**: a experiência do Museu Goeldi em práticas de educação não formal no bairro da Terra Firme. 2013. 165 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia)– Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará, 2013.

QUADROS, Camila Alves; QUADROS, Helena do Socorro Alves; MOURA, Camila de Fátima Simão de. **Um Ponto de Memória na Terra Firme**. Belém: Ponto de Memória da Terra Firme, 2013.

QUADROS, Helena do Socorro Alves; FERREIRA, Edna. **O Museu Paraense Emílio Goeldi e a Comunidade do Bairro da Terra Firme**: a educação ambiental mostrando novos rumos. Belém: NUMA/UFPA, 1993. 31 p.

SEPÚLVEDA, Luciana. Coleções que foram museus. Museus sem coleções, afinal que relações possíveis?. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia. **Museu**: Instituição de Pesquisa. Rio de Janeiro: MAST, 2005.

SHEINER, Tereza Cristina. **Apolo e Dioniso no Templo das Musas. Museu: gênese, idéia e representações em sistemas de pensamento da sociedade ocidental**. 1998. Dissertação (Mestrado em Comunicação)– Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, Ano 11, p. 37-50, jan.-jun. 2005.

SUANO, M. **O que é museu?** São Paulo: Brasiliense, 1986. 101p.

VARINE, Hugues. **O museu comunitário é herético?** Coletânea de Artigos, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:<<http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=7>>. Acesso em: 15 nov. 2009.